

# Envolvidos no escândalo da Cehab serão processados criminalmente

28 AGO 1987

O GLOBO

A Assembléia Legislativa aprovou ontem, por 31 votos a 11 (votaram contra apenas os deputados do PDT), o Projeto de Resolução da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou o escândalo da Cehab, determinando a denúncia criminal dos principais envolvidos na compra fraudulenta de duas fazendas em Nova Iguaçu: o Deputado Carlos Alberto de Oliveira (Caó), ex-Secretário de Trabalho e Habitação do Governo Brizola; o ex-Presidente da companhia Antônio Carlos Bomfim; e o ex-Presidente do Banerj Carlos Augusto Rodrigues de Carvalho. Eles são acusados de autorizar, em 1985, a compra das fazendas por Cr\$ 18,89 bilhões, preço 63 vezes superior ao de mercado, avaliado em Cr\$ 300 milhões. O relatório da CPI, que pede também o cancelamento do negócio, seguirá agora para a Procuradoria Geral de Justiça.

O Presidente da Assembléia, Gilberto Rodriguez, colocou o tema em votação às 21h30m, quando o Plenário contava com 42 deputados. Votaram a favor da abertura de inquérito

criminal os seguintes partidos: PMDB, PFL, PTB, PSB, PT, PC do B, PTR, Pasart, PSB, PL, PDC, PTN e PMN. A Deputado Jandira Feghali (PC do B) justificou o seu voto a favor do envio do caso à Justiça observando que "todos os casos de corrupção devem ser apurados rigorosamente". O Deputado Milton Temer (PSB) também justificou seu voto declarando que a corrupção não pode ficar impune.

Para o Deputado Mesquita Bráulio, Líder do PFL e Presidente da CPI, ontem foi "um dia histórico para a Assembléia Legislativa".

— A casa sai engrandecida com esta votação que encaminha o caso à Justiça para a denúncia criminal dos envolvidos. O Presidente Gilberto Rodriguez está de parabéns, pois trata-se de um acontecimento inédito na Assembléia — disse Bráulio, que contou na CPI com o apoio dos deputados Roberto Pinto (PFL) e Rubens Bomtempo (PTR).

O Banco Central já apurou que o Banerj teve, na época da compra das fazendas, prejuízo de CZ\$ 40 milhões

com a sua participação no caso. As terras adquiridas, localizadas na Serra de Madureira, são, conforme concluiu a CPI, inadequadas à construção de casas populares, que era o pretexto para o negócio. As fazendas "Dona Eugênia" e "São Felipe" foram compradas da empresa Gleba Modesto Leal Ltda., cujos sócios, os advogados Habib Hissa e Caio Marcello Mano Gallo, são amigos do ex-Diretor Jurídico do Banerj Lino Machado Filho.

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro concluiu, em relatório da inspeção ordinária realizada na Companhia Estadual de Habitação (Cehab), que as irregularidades ocorridas no ano retrasado, nesta empresa, são muitas e exigem diligências para esclarecer diversos pontos obscuros. Entre estas irregularidades está o pagamento à firma Assessor Comunicação Social Integrado pela confecção de folhetos durante o ano de 1986, sem licitação. Da mesma forma, o pagamento pela Cehab a diversas pessoas a ela não vinculadas, ao Sindicato dos Artistas

por shows realizados, e para a quitação de uma conta de CZ\$ 221 mil para a alimentação dos participantes no II Congresso Nacional da CUT.

Se o Tribunal de Contas encontrou na contabilidade da empresa despesas que alimentam a suspeita de que o dinheiro público foi gasto na campanha política do ano passado, descobriu também casos inexplicáveis, como o pagamento de CZ\$ 4,8 mil pelo transporte de dez cofres, pela Transportadora Vila Verde, do Centro Administrativo da Cidade de Deus para o almoxarifado da Cehab.

O relatório diz que a Cehab "deixou-se enredar por outros caminhos que vieram a comprometer sua adequada atuação. Assim, o programa 'Cada Família Um Lote', orientado pela Secretaria de Estado de Trabalho e Habitação, que na sua formulação se enquadrava perfeitamente nos objetivos desta companhia de habitação, acabou gerando os mais graves questionamentos, como o da aquisição da Gleba Modesto Leal, durante 1985".